



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
3ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE COMBATE MECANIZADA
COMPANHIA EMÍLIO CARLOS JOURDAN

EDITAL DE CREDENCIAMENTO n.º 01/2022

NUP nº 64418.002898/2022-55

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES CIVIS DE SAÚDE (OCS) E PROFISSIONAIS DE SAÚDE AUTÔNOMOS (PSA) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR, AMBULATORIAL, DE APOIO DIAGNÓSTICO, LABORATORIAL, TERAPÊUTICO, MULTIDISCIPLINARES, FISIOTERÁPICO, ATENDIMENTO DE REABILITAÇÃO.

ÍNDICE

Item	Evento	Pg
1	Da convocação	3 - 5
2	Do objeto	5
3	Da justificativa	5
4	Da dotação orçamentária	5 - 6
5	Da participação no credenciamento	6 - 8
6	Da habilitação e das condições de participação OCS	8 - 11
7	Da habilitação e das condições de participação PSA	11 - 13
8	Dos contratos e das suas alterações	13
9	Do regime de execução	13 - 14
10	Do preço e das condições de pagamento	14 - 18
11	Da revisão dos valores	18
12	Das obrigações do credenciante	18
13	Das obrigações da credenciada	18 - 19
14	Das sanções administrativas	19 - 20
15	Da rescisão	20
16	Da negação de remuneração a militares	20
17	Do valor do contrato	20
18	Dos recursos administrativos em casos de recusa de informações	21
19	Da impugnação do Edital e dos pedidos de informações	21
20	Da vedação ao nepotismo	21
21	Do descredenciamento	21
22	Das disposições gerais	21 - 22
23	Do foro	22
24	Relação dos Anexos ao Edital	23



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
3ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE COMBATE MECANIZADA
COMPANHIA EMÍLIO CARLOS JOURDAN

EDITAL DE CREDENCIAMENTO n.º 01/2022

NUP nº 64418.002898/2022-55

1. DA CONVOCAÇÃO

1. A UNIÃO, por intermédio do Comando do Exército, cuja competência, nos termos da Portaria nº 1700-Cmt Ex, de 8 de dezembro de 2017 e pela PORTARIA – C Ex Nº 1.864, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2022 (delegação de competências), foi delegada ao Chefe do Departamento Geral de Pessoal (DGP) e de acordo com a subdelegação de competência do Comandante da Terceira Região Militar publicada no Boletim Regional nº 18, de 30 de abril de 2008, a 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada, registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 09.584.352/0001-06, sediada na rua Andrade Neves S/N, bairro Getúlio Vargas, CEP 96450-000, Dom Pedrito-RS, por seu Comandante, o Capitão de Engenharia Carlos Vinícius Ottoni Bittencourt, CPF: 127.597.177-63, nomeado conforme Diário Oficial da União nº 104 de 06 de junho de 2021, realizará o credenciamento de Organizações Cívicas de Saúde (OCS) e de Profissionais de Saúde Autônomos (PSA) visando complementar a prestação de serviço de saúde de natureza contínua médico-hospitalar, ambulatorial, odontológico, laboratorial e de reabilitação, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará credenciamento de Organizações Cívicas de Saúde (OCS) e de Profissionais de Saúde Autônomos (PSA), visando complementar a prestação de serviço de saúde de natureza contínua médico-hospitalar, ambulatorial, odontológico, laboratorial e reabilitação, conforme a previsão do Capítulo I do Decreto nº 92.512, de 2 de abril de 1986, mediante as condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos subordinando-se à Lei 8.666/93 e suas alterações;

1.1 O procedimento de credenciamento observará as disposições da legislação seguinte:

- Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações;
- Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;
- Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (Estatuto da empresa pública);
- Decreto nº 93.972, de 23 de dezembro de 1986 (unificação dos recursos do Tesouro Nacional);
- Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 (execução indireta por contratação);
- Portaria nº 443-MPDG, de 27 de dezembro de 2018 (execução indireta por contratação);
- Instrução Normativa nº 01, de 15 de janeiro de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional;
- Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 (tratamento diferenciado micro, pequenas empresas etc);
- Portaria Ministerial nº 305, de 7 de junho de 1995 (IG 12-02);
- Decreto nº 92.512, de 2 de abril de 1986 (assistência médico-hospitalar ao militar e seus dependentes);

- Portaria nº 1.700 - Cmt Ex, de 8 de dezembro de 2017 (Cmt Ex delega competência);
- Portaria nº 048 - DGP, de 28 de fevereiro de 2008 (IR 30 – 38 – FuSEx);
- Portaria nº 422 – Cmt Ex, de 19 de junho de 2008 (IG 30 – 18 – PASS);
- Portaria nº 117-DGP, de 19 de maio de 2008 (IR 30 – 57 – regulamenta a PASS);
- Portaria nº 1.312- C Ex, de 7 de dezembro de 2020 (EB10-IG-08.002 – consignação de desconto em folha de pagamento);
- Portaria nº 124-SEF/C Ex, de 18 de fevereiro de 2021;
- Portaria nº 236-DGP, de 10 de outubro de 2017 (encaminhamentos para OCS e PSA de outra Região Militar);
- Portaria –DGP/ C Ex nº 372, de 14 de fevereiro de 2022 (evacuações médicas);
- Portaria nº 244-DGP, de 07 de outubro de 2019 (recadastramento de pensionista militar para efeito de Assistência Médico-Hospitalar);
- Portaria nº 492-Cmt Ex, de 19 de maio de 2020 (EB10-IG-02.031- SAMMED);
- Nota Informativa nº 001 - D Sau, de 13 de outubro de 2011(SAM Ex-Cmbt);
- Portaria nº 1.448 – Cmt Ex, de 10 de setembro de 2018 (EB 10 IG-01.016 – Instrumentos de parceria);
- Portaria nº 139 - DGP, de 7 de julho de 2015 (EB-30-IR-10.004 – Medicamento de alto custo);
- Resoluções da Diretoria Colegiada - Ministério da Saúde (ANVISA);
- Resolução RDC nº11 – Ministério da Saúde (ANVISA), de 26 de janeiro de 2006 (regulamento técnico de funcionamento de serviços de atenção domiciliar);
- Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019 (limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços);
- Portaria nº 2.798-GM-MD, de 16 de maio de 2022 (delega competência para autorizar a celebração ou prorrogação de contratos administrativos);
- Portaria nº 1.280- C Ex, de 30 de novembro de 2020 (celebração ou prorrogação de contratos);
- Orientação Normativa Conjunta nº 1, de 19 de agosto de 2016 (atendimento recíproco MB/EB/FAB);
- Portaria nº 186-DGP, de 16 de Agosto de 2019 (Instruções Reguladoras para a Assistência à Saúde aos Beneficiários do Fundo de Saúde do Exército com Necessidades Especiais);
- Instrução Normativa nº 03 - SEGES/MPDG, de 26 de abril de 2018 (SICAF);
- Instrução Normativa nº 5 - MPDG, de 26 de maio de 2017;
- Instrução Normativa nº 73 – SEGES/ME, de 5 de agosto de 2020 (pesquisa de preços);
- Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018 (racionaliza atos e processos administrativos)
- Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017 (simplificação de atendimento aos usuários de serviços públicos);
- Norma Técnica sobre Auditoria Médica no âmbito do Exército Brasileiro, de janeiro de 2017;
- Manual de Auditoria Médica do Exército, de fevereiro de 2017;
- Portaria nº 018-SEF, de 20 de dezembro de 2013 (Prestação de Contas); - Resolução nº 1804 – CFM, 09 de novembro de 2006;
- Portaria nº 040-SEF, de 2 de maio de 2019 (Prestação de Contas); e
- Portaria nº 037-SEF, de 14 de abril de 2020 (Gestão e Fiscalização de Contratos).

1.2 O presente Edital e seus anexos serão disponibilizados no site da 3ª Companhia de Engenharia de

Combate Mecanizada www.3ciaecmbmec.eb.mil.br. Eventuais dúvidas e informações poderão ser retiradas pelo e-mail fusex@3ciaecmbmec.eb.mil.br e telefone 53 3243-3133 ou 1332.

1.3 Este Edital de Credenciamento é peça do processo administrativo NUP nº **64418.002898/2022-55**, da **3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada**.

1.3.1 Em sua elaboração, foi utilizado Edital-Padrão de Credenciamento e seus anexos.

1.3.2 O mesmo foi enviado para a Consultoria Jurídica da União no Estado do Rio Grande do Sul (CJU-RS) conforme Ofício nº 3-FUSEX/S1/EM, adotado no âmbito da 3ª Região Militar e tendo como resposta a COTA n. 00569/2022/ADV/E-CJU/SSEM/CGU/AGU.

2. DO OBJETO

2.1 Constitui-se objeto do presente procedimento administrativo o credenciamento de Organizações Civis de Saúde (OCS) e de Profissionais de Saúde Autônomos(as) (PSA), com sede em Dom Pedrito, interessados na prestação de serviço de saúde de natureza contínua médico-hospitalar, ambulatorial, odontológico, laboratorial e de reabilitação, em caráter complementar, aos beneficiários do Sistema de Atendimento Médico aos Militares do Exército e seus Dependentes – SAMMED, do Fundo de Saúde do Exército – (FUSEx), da Prestação de Assistência à Saúde Suplementar dos Serviços Civis do Exército – (PASS), e de EX-COMBATENTES (SAM Ex Cmb), nas condições especificadas neste Edital e de acordo com as necessidades descritas no Projeto Básico (Anexo “I”);

2.2 Não é permitido a CREDENCIADA subcontratar partes ou todos os serviços descritos no Projeto Básico (Anexo “I”);

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1 O presente procedimento administrativo tem finalidade de complementar no âmbito da 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada, a prestação de serviço de saúde de natureza contínua médico-hospitalar, ambulatorial, odontológico, laboratorial e de reabilitação, aos beneficiários do Sistema de Atendimento Médico aos Militares do Exército e seus Dependentes – SAMMED, do Fundo de Saúde do Exército – (FuSEx), da Prestação de Assistência à Saúde Suplementar dos Serviços Civis do Exército – (PASS), e de EX-COMBATENTES (SAM Ex-Cmb), bem como satisfazer as necessidades de atendimento relacionadas à prevenção de doenças, à recuperação e reabilitação de pacientes, abrangendo profissionais médicos e demais atos médicos necessários, prescritos no item III, do art. 3º, da EB10-IG-02.032, aprovada pela PORTARIA - C Ex Nº 1.742, DE 18 DE MAIO DE 2022;

3.2 A justificativa para o credenciamento fundamenta-se nas limitações técnicas, operacionais e de corpo clínico especializado para atender a totalidade da demanda de pacientes com diagnósticos especializados;

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 Os recursos previstos para os pagamentos dos atendimentos decorrentes deste Edital são os seguintes: Orçamento Geral da União, Recursos da Gestão 00001, Fonte de Recursos 0250270037 – 0100000000 – 0250270013 - Programa de Trabalho Resumido 089046 – 088962 – 089047 – 088960;

ND	PI	GRUPO DE ATENDIMENTO	OBS
33.90.39	D8SAFSOCSA-FUSEX OCS/C	FUSEX	OCS
33.90.36	D8SAFUSPRSA-FUSEX PSA	FUSEX	PSA
33.90.39	D8SACIVOCSA-PASS-OCS/C-FEx	PASS	OCS
33.90.36	D8SACIVPRSA-PASS-PSA-FEx	PASS	PSA

33.90.39	D8SAFCTOCSA-FC-OCS/C	FATOR DE CUSTO	OCS
33.90.36	D8SAFCTPRSA-FC-PSA	FATOR DE CUSTO	PSA
33.90.39	D8SAECBOBSA-ECB-Ex-Cmb OCS/C	Ex-Combatente	OCS
33.90.36	D8SAECBPRSA-ECB-ExCmb PSA	Ex-Combatente	PSA

5. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

5.1 Poderão habilitar-se, para credenciamento, Organizações Civas de Saúde (OCS) e os Profissionais de Saúde Autônomos(as) (PSA) que sejam prestadores de serviço de saúde de natureza contínua médico-hospitalar, ambulatorial, odontológico, laboratorial e de reabilitação, ou que efetuem procedimentos cirúrgicos que resultem cobrança de honorários médicos, desde que atendidas as condições previstas do art. 27 da Lei n. 8.666, de 1993, e concordem em ser remunerados pelos valores especificados neste Edital e seus anexos.

5.2 O interessado deverá estar prévia e regularmente CREDENCIADA no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, na forma da Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 03, de 26 de abril de 2018. O cadastramento é gratuito e deve ser realizado no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br. Ainda, os níveis I, II e III deverão estar completos para fim de validação pela UASG e emissão de Certificado de Regularidade Cadastral (CRC) no SICAF.

5.3 Não poderão participar deste credenciamento os interessados:

5.3.1. Cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste credenciamento. - estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

- Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos com a União, na forma da legislação vigente;

- Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

- Proibidos de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei n. 8.429, de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa);

Nota Explicativa: De acordo com o Parecer nº 2/2016/CPLCA/CGU/AGU, aprovado pelo Consultor-Geral da União, a certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial/concordata deve ser exigida nas hipóteses em que o eventual inadimplemento das obrigações contratuais enseje severos prejuízos à Administração e nos casos em que a execução do contrato demande que a empresa tenha consistente condição econômico-financeira. Assim, não deve ser exigida a certidão quando houver maneira menos gravosa para se garantir o contratante contra prejuízos porventura decorrentes da inexecução do contrato administrativo.

- Que tenham Deputados e/ou Senadores na condição de proprietários, controladores ou diretores, de exercentes de cargos remunerados, ou de ocupantes de cargo ou função de que sejam demissíveis "ad nutum", na forma do art. 54 da Constituição Federal de 1988, que se enquadrarem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/1993;

- Que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de servidor integrante da comissão de credenciamento responsável por este edital, da Seção de Auditoria de Contas Médicas, e dos exercentes das funções de ordenador de despesas, gestor do FuSEx/PASS, bem como do Comandante da 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada e do Comandante da 3ª Região Militar;

- Que tenham em seus quadros societários quaisquer das pessoas indicadas nos subitens anteriores.

5.4 O presente Edital de Credenciamento vigorará por **60 meses**, enquanto houver interesse da UG FuSEx;

5.4.1 A qualquer tempo poderá ser elaborado novo edital em substituição ao edital vigente;

5.5 O prazo para pedidos de credenciamento iniciar-se-á a partir da data de publicação do aviso de Edital de Credenciamento no Diário Oficial da União (D.O.U), em jornal de grande circulação no Estado do Rio Grande do Sul e em jornal local.

5.6 Para habilitar-se ao credenciamento, a Organização Civil de Saúde (OCS) interessada deverá preencher o “Requerimento de Credenciamento”, conforme modelo constante do anexo “III”, acompanhada dos documentos necessários, atendendo às seguintes exigências:

- Ser digitado ou impresso, em papel timbrado que o identifique de maneira completa, expressa e inteligível, sem emendas ou rasuras;

- Constar dias, horários e local de atendimento;

- Conter a relação de serviços constantes do Anexo “II” em que pretenda se credenciar, total ou parcialmente, de acordo com a necessidade da Administração Pública expressa no Anexo “I” (Projeto Básico);

- Conter a relação do corpo clínico, com os respectivos números de registro profissional e especialidade de cada profissional;

- Indicar o nome do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente para creditar os pagamentos; e

- Ser datado e assinado pelo representante legal do OCS.

5.7 Para habilitar-se ao credenciamento, o Profissional de Saúde Autônomo (PSA) deverá apresentar Requerimento para Credenciamento, conforme modelo do Anexo “III”, acompanhado dos documentos necessários, com atendimento das seguintes exigências e observações:

- Ser digitado ou impresso, em papel timbrado que o identifique de maneira completa, expressa e inteligível, sem emendas ou rasuras;

- declarar concordância com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

- constar os dias e horários de atendimento;

- conter a relação dos serviços;

- conter a relação dos equipamentos técnicos disponibilizados;

- indicar nome do banco, o número da agência e da conta-corrente para creditar os pagamentos das faturas.

5.8 O Requerimento de Credenciamento terá validade de sessenta dias, contados da data de entrega, admitida uma prorrogação.

5.9 Todos os documentos anexos deverão ser assinados pelo responsável. A autenticação poderá ser feita pela UG FuSEx credenciante, mediante apresentação de documento original e cópias, nos termos da conforme a Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, e do Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017.

5.10 A documentação deverá ser entregue diretamente à Seção FuSEx conforme agendamento prévio através do e-mail fusex@3ciaecmb.eb.mil.br.eb.mil.br ou telefone 53-3243-3133 ou 53-3243-1332, ordenadamente, na sequência disposta neste edital, na 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada, Seção FuSEx, Rua Gen. Antonio Gonzaga Freire S/N, bairro Getúlio Vargas, Dom Pedrito,RS. A documentação sofrerá uma primeira conferência in loco no momento

da entrega e somente será recebida se não houver pendências.

5.11 Posteriormente a Comissão Permanente de Credenciamento (CPC) verificará se a documentação apresentada pela OCS/PSA atende ao exigido neste edital.

5.12 Constatada alguma irregularidade ou falta de documentos solicitados no edital, o fato será comunicado por escrito à requerente por ofício ou e-mail, para correções no prazo de até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por uma vez.

5.12.1 Após o decurso do prazo, sem manifestação da proponente ou sem a entrega dos documentos faltantes, a CPC comunicará à requerente que a proposta foi inabilitada por falha na apresentação da documentação.

5.13 Conferida a documentação e considerada apta para o credenciamento, a CPC encaminhará a documentação ao setor responsável para providenciar a elaboração da requisição e o despacho do Ordenador de Despesas da UG, para fins de aprovação da requisição, determinação da autuação de processo (NUP) de credenciamento por inexigibilidade de licitação utilizando o Edital de Credenciamento 01/2022 vigente, indicação da fonte de recursos e designação do Fiscal do Contrato.

5.13.1 O processo autuado e digitalizado será encaminhado para tramitação no Comando da 3ª Região Militar, via Sistema ProcSau.

5.14 Cada OCS participante deverá designar um representante legal que será o único admitido a intervir em seu nome o qual deverá se apresentar para credenciamento junto à Comissão Permanente de Credenciamento (CPC), devidamente munido de documento de identidade e de credenciais que autorizem a sua participação neste procedimento administrativo.

5.14.1 Por credenciais entende-se:

- Procuração outorgada com poderes expressos para a prática do ato, acompanhada de cópia atualizada do ato de investidura do outorgante, do qual constem poderes para a outorga respectiva em nome da empresa;

- Caso seja administrador de pessoa jurídica, o estatuto ou contrato social registrado, bem como as alterações averbadas, que comprove os poderes necessários para o uso da firma ou denominação social.

5.15 A OCS deverá manter um preposto, aceito pela Administração, para representá-la durante a execução do contrato, informando o contato telefônico e endereço de e-mail para correspondência, conforme prescreve o art. 68, da Lei 8.666, de 1993.

5.16 A participação neste ato administrativo implica a aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste Edital de Credenciamento.

6. DA HABILITAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO PARA ORGANIZAÇÕES CIVIS DE SAÚDE (OCS)

6.1 A Comissão Permanente de Credenciamento (CPC) consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF para fins de verificação do Certificado de Registro de Credenciamento, da habilitação jurídica, da regularidade fiscal federal e trabalhista, da habilitação técnica e da qualificação econômico-financeira, conforme disposto no Capítulo III – CADASTRAMENTO da Instrução Normativa nº 3-SEGES/MPDG, de 26 de abril de 2018.

6.1.2 Também serão consultados os sítios oficiais emissores de certidões, tais como:

6.1.2.1 Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), disponível em <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>

6.1.2.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível em <<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>>

6.1.2.3. Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU), disponível em <<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO>>

6.1.2.4 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade de Conselho Nacional de Justiça (CNJ), disponível em <http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php>

6.1.2.5 Certidões Negativas de Débitos nas Fazendas Federal (fiscal, previdenciária e FGTS), Estadual e Municipal na sede da empresa, disponível em <<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>>

6.1.3 Caso a CEC não logre êxito em obter as certidões nos sítios correspondentes, ou nos casos em que a certidão estiver vencida, ou, ainda, em casos de registros positivos nas certidões, o interessado será notificado do fato para providências saneantes no prazo de dez dias úteis, prorrogável uma vez.

6.2 A Habilitação Jurídica de OCS é comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação: - Cédula de identidade e CPF do(s) representante(s) legal(is), com firma reconhecida. A autenticação poderá ser feita pela UG FuSEx credenciante, mediante apresentação de documento original e cópias, nos termos da conforme a Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, e do Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017;

- Certidão de Regularidade do Conselho de Classe do representante técnico da empresa;

- Certidão de Regularidade do Conselho de Classe da empresa a ser credenciada;

- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com sua última alteração, devidamente registrado, e no caso de sociedades empresárias, acompanhado de documento de eleição de seus administradores ou, se for o caso, procurações que outorguem poderes para terceiros;

- Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

6.2.1 O credenciamento de OCS PÚBLICA somente poderá ocorrer para prestação de serviços de saúde médico-hospitalar que atendam serviço ambulatorial, emergência/urgência e de internação ou que efetuem procedimentos cirúrgicos aos beneficiários, pois não se trata de convênios ou acordo de cooperação.

6.2.1.1 A OCS pública gozará de isenção de tributos federais e de todos os favores legais atribuídos à sua natureza jurídica;

6.2.1.2 Quando da contratação de OCS Pública, os serviços contratados deverão ser executados obrigatoriamente pelos profissionais pertencentes aos quadros funcionais da instituição;

6.2.1.3 A Lista Referencial para OCS Pública deverá ser autorizado pela DSau com os valores dos procedimentos e honorários médicos exclusivos para OCS públicas, tendo em vista a isenção de tributos;

6.2.1.4 A OCS Pública deverá apresentar cópia do ato que a criou (Lei/Decreto), cópia do seu estatuto onde conste a possibilidade de gerar renda com a prestação de serviços de saúde e cópia do ato que a autoriza a requerer o Credenciamento.

6.2.2 O credenciamento de SOCIEDADES COOPERATIVAS somente poderá ocorrer quando, pela sua natureza, o serviço a ser contratado evidenciar a possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os Cooperados, conforme o Art. 10, Seção V, Cap. I, da IN nº 05-SEGES, de 26 de maio de 2017. A sociedade cooperativa deverá apresentar os seguintes documentos de regularidade jurídica:

- 6.2.2.1. Inscrição do ato constitutivo acompanhada de prova dos responsáveis legais;

- 6.2.2.2. Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver;

6.2.2.3 Ata de Fundação;

6.2.2.4 Estatuto Social com a Ata da Assembleia que o aprovou;

6.2.2.5 Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

6.2.2.6 Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a se credenciar perante a CREDENCIANTE;

6.2.2.7 Relação dos cooperados que atendam aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e execução do contrato, com as respectivas atas de inscrição e comprovação do domicílio na sede da cooperativa;

6.2.2.8 Declaração de regularidade de situação de contribuinte individual (DRSCI) da previdência de cada um dos cooperados relacionados;

6.2.2.9 Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

6.2.2.10 Comprovação da integralização das cotas-partes por partes dos cooperados que executarão o contrato;

6.2.2.11 Comprovação do envio do Balanço Geral e o Relatório do exercício anual ao órgão de controle;

6.2.2.12 A indicação do médico prestador de serviço dar-se-á por parte da cooperativa.

6.2.3. O médico cooperado não poderá ser subordinado à Administração do hospital CREDENCIANTE.

6.3 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

6.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

6.3.2 Comprovante impresso de cadastro no SICAF – CRC, com respectiva validade;

6.3.3 Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à dívida ativa da União, por elas administrados;

6.3.4 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – caso das entidades filantrópicas;

6.3.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de serviço (FGTS) por meio de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

6.3.6 Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos – Tribunal de Contas da União;

6.3.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas; e,

6.3.8 Quando o contrato for executado por filial da empresa, a CREDENCIADA deverá comprovar a regularidade fiscal da matriz e da filial.

6.4 Qualificação Técnica:

6.4.1 Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que o interessado prestou, a contento, serviço pertinente e compatível em características com o objeto deste Edital (Modelo Anexo “XVII”);

6.4.1.1 O responsável técnico da OCS deverá apresentar comprovação oficial de que detém a responsabilidade técnica em documento emitido por parte do conselho de classe respectivo;

6.4.2 Empresas que contém endereço de Pessoa Jurídica apenas como ponto de referência e que prestarão serviços no interior da CREDENCIANTE deverão apresentar certidão de que “possui endereço como ponto de referência”, emitido pela Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde, da Prefeitura Municipal;

6.4.3 Alvará de localização e funcionamento válido e atualizado;

6.4.4 Alvará de saúde válido e atualizado (sanitário);

6.4.5 A critério da Comissão Permanente de Credenciamento (CPC) será feita visita técnica (visita in loco) às pessoas jurídicas interessadas ou ao consultório do profissional, na qual serão observadas as condições de higiene, condições de tratamento destinado ao público, legislação

societária vigente, estacionamento e aparelhamento;

6.4.6. Será lavrado um laudo de vistoria pelo fiscal de contrato ou seu substituto com as observações apuradas que será anexado ao processo de credenciamento (Modelo Anexo “XIV”);

6.4.6.1 A inabilitação importa em perda do direito de credenciamento;

6.4.6.2 A OCS/PSA inabilitado por apresentar documentação incompleta e/ou em desacordo com as exigências contidas neste edital, será informada, através de documento oficial, a respeito dos motivos que levaram à sua inabilitação.

6.5 Declarações a apresentar

6.5.1 Declaração da CREDENCIADA de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Modelo do Anexo “IV”);

6.5.2 Declaração de que não possui empregados em trabalhos forçados, conforme a Instrução Normativa 05, de 26 de maio de 2017 – MPDG (Modelo do Anexo “VII”);

6.5.3 Declaração da CREDENCIADA de inexistência de fatos impeditivos ao credenciamento (Modelo do Anexo “V”);

6.5.4 Declaração de ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006;

6.5.5 Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital de Credenciamento e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento (Modelo do Anexo “VIII”);

6.6 Os interessados que preencherem todos os requisitos acima, no que lhes for aplicável, serão considerados aptos para o credenciamento;

7. DA HABILITAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE AUTÔNOMOS (PSA)

7.1 A Comissão Permanente de Credenciamento (CPC) consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF para fins de verificação do Certificado de Registro de Credenciamento, da habilitação jurídica, da regularidade fiscal federal e trabalhista, da habilitação técnica e da qualificação econômico-financeira, conforme disposto no Capítulo III – CADASTRAMENTO da Instrução Normativa nº 3-SEGES/MPDG, de 26 de abril de 2018.

7.1.2 Também serão consultados os sítios oficiais emissores de certidões, tais como:

7.1.2.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível em <<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>>

7.1.2.2. Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU), disponível em <<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO>>

7.1.2.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade de Conselho Nacional de Justiça (CNJ), disponível em <http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php>

7.1.2.4 Certidões Negativas de Débitos nas Fazendas Federal (fiscal, previdenciária e FGTS), Estadual e Municipal na sede da empresa, disponível em <<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>>

7.1.3 Caso a CEC não logre êxito em obter as certidões nos sítios correspondentes, ou nos casos em que a certidão estiver vencida, ou, ainda, em casos de registros positivos nas certidões, o interessado será notificado do fato para providências saneantes no prazo de dez dias úteis, prorrogável uma vez.

7.2 A Habilitação Jurídica do PSA é comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação: - Cédula de identidade e CPF do PSA, com firma reconhecida; - Certidão de Regularidade do Conselho de Classe;

7.3 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

7.3.2 Comprovante impresso de cadastro no SICAF – CRC, com respectiva validade;

7.3.3 Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta, emitida pela

Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à dívida ativa da União, por elas administrados;

7.3.4 Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos – Tribunal de Contas da União;

7.3.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas; e,

7.4 Qualificação Técnica:

7.4.1 Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que o interessado prestou, a contento, serviço pertinente e compatível em características com o objeto deste Edital (Modelo Anexo “XVII”);

7.4.2 Alvará de localização e funcionamento válido e atualizado;

7.4.3 Alvará de saúde válido e atualizado (sanitário);

7.4.4 Diploma de Graduação;

7.4.5 A critério da Comissão Permanente de Credenciamento (CPC) será feita visita técnica (visita in loco) às pessoas físicas interessadas ou ao consultório do profissional, na qual serão observadas as condições de higiene, condições de tratamento destinado ao público, estacionamento e aparelhamento.

7.4.6. Será lavrado um laudo de vistoria pelo fiscal de contrato ou seu substituto com as observações apuradas que será anexado ao processo de credenciamento

7.4.6.1 A inabilitação importa em perda do direito de credenciamento;

7.4.6.2 A OCS/PSA inabilitado por apresentar documentação incompleta e/ou em desacordo com as exigências contidas neste edital, será informada, através de documento oficial, a respeito dos motivos que levaram à sua inabilitação.

7.5 Declarações a apresentar

7.5.1 Declaração da CREDENCIADA de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Modelo do Anexo “IV”);

7.5.2 Declaração de que não possui empregados em trabalhos forçados, conforme a Instrução Normativa 05, de 26 de maio de 2017 – MPDG (Modelo do Anexo “VII”);

7.5.3 Declaração da CREDENCIADA de inexistência de fatos impeditivos ao credenciamento (Modelo do Anexo “V”);

7.5.4 Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital de Credenciamento e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento (Modelo do Anexo “VIII”);

7.6 Os interessados que preencherem todos os requisitos acima, no que lhes for aplicável, serão considerados aptos para o credenciamento.

7.7 Observações para Profissional de Saúde Autônomo(a) (PSA)

7.7.1 O mesmo profissional somente poderá ser credenciado, no máximo, para duas especialidades, e desde que correlatas;

7.7.2 O profissional somente poderá ser credenciado comprovando tempo de experiência mínimo de três anos na especialidade, mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

- título de especialista expedido pela Sociedade Brasileira da especialidade;
- comprovação de aprovação em concurso público na especialidade;
- certificado de Residência Médica na especialidade realizada em entidade oficial ou reconhecida por período mínimo de dois anos;
- declaração fornecida por repartição oficial ou do conselho regional da especialidade, onde esteja exercendo a especialidade;

7.7.3 Poderão ser exigidos outros documentos a critério da Comissão de Credenciamento, quando aqueles apresentados pelo PSA derem margem a dúvidas.

7.7.4 O(a) PSA é o responsável direto pela correção e fidelidade dos documentos apresentados, devendo apresentá-los em tempo e local determinados por esse edital.

7.8 Observações em relação aos documentos que deverão ser seguidas pelo(a) Representante

Legal da OCS ou pelo(a) PSA:

7.8.1 No caso de a OCS ou o PSA ser isento da inscrição em determinado órgão ou da apresentação de algum dos documentos exigidos, deverá ser apresentada declaração escrita emitida pelo Contador ou Gestor da entidade, afirmando os motivos e fundamentação legal de tal imunidade/isenção;

7.8.2 Inclusão de novos serviços dependerá de acordo formalizado por meio de termo aditivo ao Credenciamento entre as partes;

7.8.3 Toda a documentação deve estar legível;

7.8.4 A Comissão de Credenciamento reserva-se o direito de solicitar a qualquer tempo, quaisquer esclarecimentos sobre os documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento;

7.8.5 Ao apresentar o requerimento para credenciamento a proponente se obriga aos termos do presente edital;

7.8.6 Os documentos confeccionados pela CREDENCIADA deverão estar sem rasuras, datados e assinados. As folhas devem ser tamanho A4, conter seus dados básicos no corpo do documento;

7.8.7 Caso seja julgado inabilitado, os documentos originais apresentados ficarão à disposição do(a) interessado(a) por prazo de 90 (noventa) dias na Seção FUSEX da CREDENCIANTE;

7.8.8 A Comissão Permanente de Credenciamento OCS/PSA receberá a relação de documentos na ordem descrita neste edital.

8. DOS CONTRATOS E DAS SUAS ALTERAÇÕES

8.1 Julgados aptos ao credenciamento, e após Parecer Administrativo favorável da Assessoria Jurídica da 3ª Região Militar, os habilitados serão convocados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, para assinarem os respectivos contratos, em obediência às prescrições do art. 64 da Lei nº 8.666, de 1993;

8.2 A CREDENCIANTE poderá, até a assinatura do contrato, inabilitar a Organização Civil de Saúde (OCS) ou o Profissional de Saúde Autônomo (PSA), por despacho fundamentado, se tiver informação abalizada de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior à fase de habilitação, que desabone a qualificação técnica, habilitação jurídica, qualificação econômico financeira, ou regularidade fiscal daquela entidade ou prestador do serviço;

8.3 A Administração poderá a qualquer tempo publicar novo Edital de Credenciamento em substituição ao presente Edital;

8.4 A CREDENCIADA dará início aos serviços após a publicação do Termo de Credenciamento (contrato) no Diário Oficial da União.

8.5 O credenciamento será formalizado por intermédio de instrumento contratual, presentes as cláusulas necessárias estabelecidas no art. 55 da Lei 8.666, de 1993;

8.6 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais a sucessivos períodos limitados a 60 (sessenta) meses, de acordo com o previsto no Art. 57, inciso II, da Lei 8.666, de 1993;

8.6.1 Decorridos os sessenta meses, será necessária a autuação de um novo processo de credenciamento, observado o Edital de Credenciamento vigente;

8.7 A parte que não se interessar pela prorrogação contratual deverá comunicar o seu desinteresse por escrito à outra parte, com antecedência de 120 (cento e vinte) dias, por meio de declaração de não interesse em prorrogar o contrato;

8.8 Os contratos poderão ser alterados, com a devida motivação, por termos aditivos para acréscimos ou supressões de serviços contratados, nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666, de 1993;

8.9 A publicação resumida do Termo de Credenciamento no Diário Oficial da União (DOU) será providenciada pela CREDENCIANTE até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para que a publicação ocorra no prazo de vinte dias da data da assinatura, nos termos do art. 61, ressalvado o disposto no art. 26, tudo da Lei nº 8.666, de 1993.

9. DO REGIME DE EXECUÇÃO

9.1 As condições de execução dos serviços constam dos contratos, observadas as regras gerais abaixo registradas.

9.2 O encaminhamento para a OCS/PSA deverá ser realizado pela 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada, após verificar o parecer do médico especialista e quando esgotados todos os recursos existentes na UG-FuSEx.

9.3 Nos contratos cujo objeto refira-se aos tratamentos de fonoaudiologia, fisioterapia e terapia ocupacional, deve-se observar o limite de 8 (oito) sessões ambulatoriais por área, em um período de 30 (trinta) dias, bem como o número máximo de 200 (duzentas) sessões dentro de cada área, para o total do tratamento, conforme estabelece o art. 38, da Portaria nº DGP-048/2008 (IR 30-38).

9.3.1 Nos contratos cuja especialidade seja psicoterapia, deve-se observar o limite de 2 (duas) sessões em um período de 30 (trinta) dias, podendo, em casos excepcionais, ser autorizada a realização de 4 (quatro) sessões no mesmo período, mediante justificativa formalizada do profissional prestador do serviço, desde que homologada por médico militar da UG-FuSEx, e com parecer favorável da Comissão de Ética, observado o número máximo de 200 (duzentas) sessões dentro de cada área, para total do tratamento, conforme estabelece o art. 38 da Portaria nº DGP-048/2008 (IR 30-38).

9.3.2 Nos tratamentos de reabilitação, as sessões terão a duração 50 (cinquenta) minutos, conforme estabelece o art. 38 da Portaria nº DGP-48/2008 (IR 30-38).

9.4 A CREDENCIADA deverá considerar o prazo de 20 (vinte) dias para os casos de RETORNO DE CONSULTAS ambulatoriais, sem emissão de nova guia.

9.4.1 Serão consideradas consultas de retorno aquelas realizadas apenas para entrega e avaliação de exames complementares requeridos pelo próprio médico.

9.4.2 Se houver necessidade de executar procedimentos médicos, ou o motivo de retorno seja distinto do citado no subitem anterior, será considerada nova consulta, necessitando de nova guia de encaminhamento.

9.4.3 Honorários dos procedimentos cirúrgicos incluem os cuidados pós-operatórios relacionados com o tempo de permanência do paciente no Hospital até dez dias após o ato cirúrgico.

9.5 O atendimento sem guia de encaminhamento constitui infração contratual e sujeitará a credenciada ao disposto no art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993 e no item 13.1 deste Edital.

9.6 A CREDENCIADA é responsável pelos encargos trabalhista, fiscal, previdenciário e comercial, resultantes da execução do seu contrato decorrente deste Edital;

9.7 Os preços e as condições de pagamento dos diversos serviços contratados estão descritos no Anexo "II" deste Edital.

9.8 Havendo mais de uma credenciada para laudos dentro da mesma especialidade, o encaminhamento se dará na forma de rodízio mensal entre elas por ordem de credenciamento, casos omissos a decisão ficará a critério da Comissão Permanente de Credenciamento;

10. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1 Os serviços e os respectivos valores máximos serão pagos na forma de pacotes, honorários ou de acordo com as tabelas, índices, taxas e valores estabelecidos no REFERENCIAL DE PREÇOS DA 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada (ANEXO "II"):

10.2 A qualquer momento, por acordo entre as partes, poderão ser estabelecidos novos pacotes de prestações de serviços, desde que os valores individuais dos itens incluídos no novo pacote correspondam a valores estabelecidos nas tabelas, índices e valores constantes neste Edital e seus anexos.

10.3 Os valores e as condições de pagamento referentes às diárias das acomodações para internação, a que têm direito os beneficiários do SAMMED/FUSEX/PASS/Ex-CMBT estão especificados no contrato de prestação de serviço e serão cobrados de acordo com o REFERENCIAL DE PREÇOS DA 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada (ANEXO "II");

10.3.1 As diárias normais de enfermaria, quarto, apartamento, suíte, berçário normal de RN (recém-nascido) incluem: leito próprio (cama ou berço) com colchão simples ou piramidal,

utensílios básicos do alojamento (suporte para soro, escada, cadeira de rodas e para banho, acomodação para o acompanhante, e outros) troca de roupa de cama e banho do paciente e acompanhante, quando em apartamento, cuidados e materiais de uso da higiene e desinfecção ambiental, dieta do paciente de acordo com a prescrição médica, exceto dietas especiais (enterais), atendimento pelo médico plantonista nas intercorrências clínicas, cuidados de enfermagem, tais como: administração de medicamentos por todas as vias, preparo, instalação e manutenção de venóclise e aparelhos, controle de sinais vitais, controle de diurese, curativos, sondagens, aspirações, inalações, mudanças de decúbito, locomoção interna de paciente, preparo de pacientes para procedimentos médicos (enteroclistas, lavagem gástrica, tricotomia, entubação, sondagens etc.) cuidados e higiene pessoal do paciente, preparo de corpo em caso de óbito, orientação nutricional no momento da alta, transporte de equipamentos (Raio-X, eletrocardiógrafo, ultrassonógrafo etc.), taxas administrativas e serviços (taxa de internação etc), EPI (equipamentos de proteção individual) e degermantes/antissépticos, sendo a diária paga conforme valores constantes no REFERENCIAL DE PREÇOS DA 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada – ANEXO “II”, deste Edital.

10.4 A CREDENCIADA comprovará o custo do mesmo, por meio da apresentação de nota fiscal original de compra, com data atualizada e preços praticados no mercado distribuidor, bem como cópia do boleto bancário.

10.4.1 Deverá constar na nota fiscal de compra averbação com referência ao nome do paciente, nome do médico responsável e a data da realização do ato médico.

10.5 A CREDENCIANTE somente indenizará as contas apresentadas quando o usuário tiver sido encaminhando por parte da 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada, por Guia de Encaminhamento, com a assinatura do beneficiário ou de seu responsável que comprove a prestação do serviço.

10.6 No caso de comprovada urgência e/ou emergência, o beneficiário poderá ser atendido independentemente de encaminhamento.

10.6.1 Procedimentos não especificados na(s) Guia(s) de Encaminhamento e os não cobertos não serão ressarcidos por parte do CREDENCIANTE;

10.6.2 Para a quitação das faturas serão considerados os valores vigentes na data do atendimento;

10.7 A CREDENCIADA se obriga a apresentar na Seção de Auditoria da 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada, em até 20 (vinte) dias úteis após o atendimento prestado, as faturas, em duas vias de igual teor, relativas aos atendimentos prestados na quinzena ou no mês considerado, em nome da

3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada, anexando todos os comprovantes de despesas, as Guias de Encaminhamento do SAMMED/FUSEx/PASS com as assinaturas dos beneficiários ou de seus responsáveis, discriminando número de ordem, data, número da Guia de Encaminhamento, nome do usuário, número do documento de identidade, número de matrícula do Servidor Civil ou de seu dependente, se for o caso, número de matrícula no cadastro de beneficiários do FUSEx (número de cartão FUSEx, composto pelo Código de Pessoal – PREC/CP – mais sequência familiar), se militar contribuinte do FUSEx, código da Tabela CBHPM em vigor, os quantitativos de UCO, valor em reais e relatório de conferência (espelho).

10.8 A CREDENCIANTE não será responsabilizada pelo atraso nos pagamentos que seja decorrente da apresentação das faturas ou outros documentos fora dos prazos estipulados e com vícios formais que ensejem devolução.

10.9 A CREDENCIADA deverá apresentar, separadamente, as faturas de despesas dos beneficiários do FUSEx, de usuários de Fator de Custos e dos pacientes que evoluíram ao óbito.

10.10 Após 90 (noventa) dias, contados da data da emissão da guia de encaminhamento, serão consideradas inaptas para pagamento todas as despesas apresentadas (faturas), acarretando a abertura de procedimento administrativo de reconhecimento do procedimento realizado e do dever de pagar, podendo culminar com sanção e descredenciamento.

10.10.1 A documentação com rasuras, incorreções ou outros vícios de forma será restituída a CREDENCIADA para correções no prazo de quinze dias.

10.10.2 Aceita a documentação, dentro do prazo acima fixado, a mesma será recebida por meio de termo circunstanciado assinado pelas partes.

10.11 A CREDENCIANTE realizará a aferição das faturas apresentadas pela CREDENCIADA, referente aos serviços prestados aos beneficiários da CREDENCIANTE, por meio da Seção de Auditoria da 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada;

10.11.1 Toda situação anormal, que impossibilite ou prejudique o pagamento das despesas, será imediatamente informada a CREDENCIADA;

10.12 A CREDENCIANTE, mediante análise técnico-administrativa, glosará, total ou parcialmente, os procedimentos apresentados nas faturas que não estiverem de acordo com a legislação aplicável, com contrato ou este Edital, respeitados os princípios da motivação e transparência.

10.12.1 O Setor de Auditoria da 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada realizará a auditoria das contas apresentadas, no prazo de trinta dias úteis, contados da entrega da fatura, emitindo um relatório de glosa/lisura.

10.12.2 A CREDENCIADA será notificada da existência do processo de glosa pela Seção de Auditoria da 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada, por meio de contato telefônico, correio eletrônico ou outros meios disponíveis;

10.12.3 A CREDENCIANTE efetuará o pagamento das faturas apresentadas nas condições estipuladas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis contados da liquidação das notas fiscais pelo Ordenador de Despesa (OD) no sistema SIAFI.

10.12.4 Constitui infração contratual a cobrança direta dos beneficiários de quaisquer valores, especialmente aqueles das faturas glosadas, excetuados os casos de opção e/ou autorizados pela CONTRATANTE;

10.12.5 Sobre o valor devido a CREDENCIADA, a Administração efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), INSS e da Contribuição para o PIS/Pasep, conforme disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

10.12.5.1 Caberá à CREDENCIADA, se julgando dispensada do recolhimento de algum dos citados tributos, comprovar e informar o diploma legal da alegada isenção;

10.12.5.2 Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável;

10.12.6 A CREDENCIADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

10.12.7 A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas por parte do CREDENCIADO:

10.12.7.1 O desconto de qualquer valor no pagamento devido a CREDENCIADA será precedido de processo administrativo em que será garantido o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

10.12.8 É vedado à CREDENCIADA transferir a terceiros os direitos ou créditos a receber decorrentes de serviços prestados por ela.

10.12.9 Os pagamentos serão precedidos de consulta quanto à regularidade fiscal do CREDENCIADO; 10.12.10 Os empregados da CREDENCIADA não terão nenhum vínculo empregatício com a 3ª Companhia

de Engenharia de Combate Mecanizada, sendo de exclusiva responsabilidade da CREDENCIADA as despesas com remuneração, auxílios, seguros de natureza trabalhista vigente e quaisquer outros encargos que forem devidos, referentes aos seus empregados.

10.12.11 Além das regras do direito civil, penal e administrativa, os credenciados sujeitam-se às regras de fiscalização administrativa de direito militar, pertinentes as regras de sindicância, inquérito penal militar (IPM) e processos administrativos;

10.12.12 Não será aceita, em nenhuma hipótese, a apresentação de carta de correção de Nota Fiscal;

10.13 Para casos em que o paciente compareça diretamente no Pronto Atendimento da CREDENCIADA, sem Guia de Encaminhamento, considerando tratar-se de uma Urgência ou em horário em que não há atendimento na Organização Militar de Saúde (OMS) da Guaranição, deverão ser observados os seguintes critérios:

10.13.1 Para as classificações de risco, conforme Protocolo Manchester, Verde ou Azul, ou seja, pouco urgente ou não urgente, será pago pelo credenciante apenas a consulta médica, na qual o paciente será avaliado e feita prescrição e/ou solicitados exames para realização ambulatorial, sendo o usuário orientado a procurar atendimento na OMS, para prosseguimento do tratamento ou assinar termo de ajuste prévio, se responsabilizando pelas despesas decorrentes do atendimento;

10.13.2 Para as classificações de risco, conforme Protocolo Manchester, Amarela, Laranja ou Vermelha, ou seja, urgente, muito urgente ou emergência, a CREDENCIANTE deverá ser comunicada após o atendimento de urgência/emergência, em até 48 h úteis, realizando a emissão de Guia de Encaminhamento e se responsabilizando pelas despesas decorrentes do atendimento, caso seja constatada a urgência pela auditoria da CREDENCIANTE;

10.14 Os padrões de acomodações hospitalares para os beneficiários do SAMMED/FUSEx/PASS e seus dependentes serão, prioritariamente SEMI-PRIVATIVAS, exceto em caso de indicação médica justificada, sendo pagos de acordo com o especificado no Anexo "II";

10.14.1 As acomodações e seus respectivos valores e observações encontram-se no Anexo "II" do Edital de Credenciamento;

10.14.2 No caso de indisponibilidade de acomodação semi-privativa, a OCS obrigar-se-á a instalar o beneficiário em uma acomodação de padrão superior, sem ônus para o beneficiário ou para o FUSEx/SAMMED/PASS;

10.14.3 É reservado aos beneficiários do FUSEx/SAMMED/PASS o direito de optar por melhoria de padrão de acomodação hospitalar para si ou para seus dependentes. Neste caso, as diferenças de honorários médicos e de despesas hospitalares referentes a esta opção serão pagas integral e diretamente pelo beneficiário a CREDENCIADA;

10.14.4 O cálculo da diferença de valor do padrão de acomodação hospitalar, livremente escolhida pelo beneficiário ou seu responsável, terá como base os valores constantes do ANEXO "II" do Edital, previamente ajustados neste contrato, considerada a dedução do valor da diária coberta pelo CREDENCIANTE;

10.14.5 A diferença gerada nos honorários profissionais do médico assistente, pela melhoria dos padrões de acomodação, por opção do beneficiário, será cobrada diretamente deste, pelo CREDENCIADO, conforme os valores da Tabela acordada no ANEXO "II";

10.15 É reconhecida como modalidade de acomodação, para as internações dos pacientes o serviço de "Hospital-Dia", sendo coberto para todos os beneficiários deste Edital, conforme os valores acordados no ANEXO "II";

10.16 Despesas decorrentes de eventos adversos ocorridos com o beneficiário e que causem danos à sua saúde, por comprovada responsabilidade da CREDENCIADA, apurada entre as partes (responsável auditor da CREDENCIANTE e responsável pelo Núcleo de Segurança do Paciente (NSP) da CREDENCIADA), poderão ter a responsabilidade financeira atribuída à CREDENCIADA, conforme conclusão da apuração.

11. DA REVISÃO DOS VALORES

11.1 Os valores do REFERENCIAL DE PREÇOS DA 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada (ANEXO "II"), ao edital de credenciamento da 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada, poderão ser revistos para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária

e extracontratual;

11.2 O REFERENCIAL DE PREÇOS DA 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada (ANEXO "II"), quando os seus valores não estiverem compatíveis com os preços praticados no mercado local, poderá ser substituído, mediante autorização da Diretoria de Saúde, por outra edição a qual contenha os valores que melhor reflitam os preços do mercado.

11.3. A alteração dos valores do REFERENCIAL DE PREÇOS DA 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada (ANEXO "II") deve ser informada mediante a publicação no DOU, em jornal de circulação regional e local;

11.4 A adequação dos novos valores aos contratos vigentes deverá ser feita a partir da publicação da alteração no Diário Oficial da União (DOU), mediante apostilamento.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

12.1 A CREDENCIANTE obriga-se a:

12.1.1 Notificar a CREDENCIADO, por escrito, sobre imperfeições, falhas, atrasos ou irregularidades constatadas na execução do serviço contratado;

12.1.2 Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos neste Edital; e

12.1.3 Realizar as fases do processamento das despesas médicas que deverão ser acompanhadas por parte do órgão executor do FUSEX/SAMMED/PASS/Ex Cmb, por intermédio de auditorias prévias, concorrentes e a posteriori, além da verificação da lisura e inspeções administrativas, conforme estabelece o art. 80 da Portaria nº DGP-48/2008 e 18, § 2º, da Portaria nº DGP117/2008 (IR 30-57);

12.1.4 Providenciar a evacuação do beneficiário para OMS, assim que este apresente condições clínicas para tal, conforme estabelece o art. 6, § 1º da Portaria nº DGP-48/2008.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

13.1 A CREDENCIADA obriga-se a:

13.1.1 Indicar formalmente à Administração os prepostos e responsáveis pela prestação dos serviços, com telefone e e-mail, sempre atualizados;

13.1.2 As OCS que prestam serviços no bloco cirúrgico, em instalações da UG FuSEx deverão cadastrar os profissionais na Divisão de Medicina da 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada;

13.1.3. Manter disponibilidade de mão de obra dentro dos padrões quantitativo e qualitativo suficientes para atender a demanda ordinária, bem como aos eventuais acréscimos solicitados pela Administração, respeitadas as disposições da legislação trabalhista vigente, bem como a regulamentação dos Conselhos Federais e Estaduais relacionados à atividade hospitalar;

13.1.4 Arcar com o custo do fornecimento de uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI) para a mão de obra envolvida, sendo vedado o repasse de tal custo ao CREDENCIANTE.

13.1.5 Efetuar a reposição da mão de obra nos serviços, em caráter imediato, em eventual ausência que for identificada pela CREDENCIANTE;

13.1.6 Atender de imediato as solicitações relativas à substituição de mão de obra desqualificada ou entendida por parte da Administração como inadequada para a prestação dos serviços;

13.1.7 Instruir o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Saúde Ocupacional;

13.1.8 Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade nos serviços prestados;

13.1.9 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais resultantes da execução do contrato, nos termos da legislação aplicável, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a UG FuSEx contratante ou Exército Brasileiro;

13.1.10 Manter, durante a execução do contrato todas as condições exigidas no presente edital para habilitação e qualificação:

13.1.10.1 Nesse caso, não haverá a retenção de pagamento se a CREDENCIADA prestou adequadamente o serviço;

13.1.10.2 A Administração poderá conceder um prazo para que a CREDENCIADA regularize suas condições de habilitação quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação;

13.1.11 Franquear aos profissionais médicos e enfermeiros auditores da CREDENCIANTE o livre acesso às instalações e aos registros médicos, físicos ou digitais, dos pacientes;

13.1.12 Não interpor fatores de retenção do paciente que, de acordo com parecer do profissional médico assistente, apresente condições clínicas de alta ou evacuação para OMS.

13.1.13 Fornecer os equipamentos de proteção individual (EPI) para a mão de obra envolvida nos casos de prestação de serviços nos blocos cirúrgicos da UG FuSEx.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 O descumprimento das obrigações contratuais, inclusive sua inexecução, total ou parcial, e/ou das condições previstas neste Edital sujeitará a CREDENCIADA, na forma do disposto no art. 87, da Lei nº 8.666, de 1993, às seguintes penalidades:

14.1.1 Advertência;

14.1.2 Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, por ocorrência, nos casos de inexecução parcial das obrigações, tais como: atendimento de usuários sem guia de encaminhamento (ressalvado os casos de urgência e emergência), e cobrança de quaisquer valores dos usuários, exceção aos casos previamente autorizados;

14.1.2.1 Em caso de inexecução total das obrigações, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato;

14.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Comando do Exército, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

14.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei;

14.1.5 As sanções e multas poderão ser aplicadas concomitantemente com as demais sanções, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data da notificação; 14.1.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF;

14.1.7 As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que em razão de contratos regidos por esta Lei nº 8.666/1993: 14.1.7.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.1.7.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos do credenciamento; 14.1.7.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;

14.1.8 As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que será assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes;

14.1.9 O valor da multa será descontado de pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente;

14.1.10 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do Ministro de Estado da Defesa, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação;

14.1.11 A aplicação das demais sanções são de competência exclusiva do Ordenador de Despesas da 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada, ressalvados os casos de avocação da autoridade superior.

15. DA RESCISÃO

15.1 Os contratos poderão ser rescindidos nos casos de inexecução total ou parcial, na incidência

dos motivos citados no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993:

15.1.1 Por ato unilateral e motivado da Administração;

15.1.2 Por acordo entre as partes, reduzida a termo no procedimento de credenciamento, desde que haja conveniência para a Administração e não prejudique a saúde dos beneficiários do FuSEx/SAMMED/PASS, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias;

15.1.2.1 Estando em processo de apuração de irregularidades na prestação de seus serviços, a CREDENCIADA não poderá solicitar a rescisão, enquanto não concluído o processo de apuração;

15.1.3 Por rescisão judicial promovida por parte da CREDENCIADA, se a Administração incidir em quaisquer das hipóteses dos Incisos XIV e XV do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

15.2 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, ordenador de despesas da 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada, observado o devido processo legal;

15.3 Em caso de rescisão, os tratamentos em curso deverão ser concluídos por parte do CREDENCIADO, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou administrativa do CREDENCIANTE.

15.4 A rescisão não eximirá a CREDENCIADA das garantias assumidas em relação aos serviços executados e de outras responsabilidades que legalmente lhe possam ser imputadas.

16. DA NEGAÇÃO DE REMUNERAÇÃO A MILITARES

16.1 Nenhum militar das Forças Armadas, da ativa ou da reserva convocado para prestação de tarefa por tempo certo (PTTC) poderá receber remuneração, honorários ou pagamentos por serviços profissionais prestados a usuários do FuSEx, atendidos por meios de guia de encaminhamento, nos termos deste contrato.

17. DO VALOR DO CONTRATO

17.1 O valor global estimado para fazer face às despesas dos contratos decorrentes deste Edital, abrangendo suas vigências iniciais e mais as prorrogações máximas permitidas, está baseado no levantamento estimativo dos encaminhamentos que foram realizados nos últimos 12 (doze) meses pela 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada, para Organizações Civis de Saúde/Profissionais de Saúde Autônomos;

17.2 O valor estimado dos contratos deverá ser tratado apenas como dado estatístico, fruto da evolução da despesa no período citado, bem como forma de determinar a base de cálculo para aplicação de penalidades previstas neste Edital;

17.3 O valor estimado para os contratos decorrentes deste Edital não poderá servir de base rígida para a apresentação da Nota Fiscal/Fatura Mensal, já que o total de gastos do mês dependerá dos atendimentos e serviços prestados no respectivo período, em consonância com o regime de empreitada por preço unitário;

17.4 Para efeito estimativo, levantamento realizado pela 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada, o custo anual com o processo de credenciamento gira em torno de R\$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais);

17.5 A CREDENCIADA aquiesce, desde já, a redução do valor do contrato a monta realmente executada, ainda que acarrete redução para além do limite permitido no §1º do art. 65 da Lei nº 8666, de 1993, observando que inexistirá expectativa de direito quanto o valor estimado.

18. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS EM CASO DE INDEFERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

18.1 O proponente que não concordar com a decisão contrária ao seu pedido de credenciamento ou comunicado de inabilitação poderá, nos prazos previstos no art. 109, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, contados da data em que receber a comunicação oficial, recorrer à Comissão Permanente de Credenciamento (CPC) da 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada;

18.2 O recurso será formalizado em processo administrativo, observado o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, combinado com a Lei nº 9.784, de 1999;

18.3 Os recursos deverão ser protocolados por escrito, dirigidos ao Presidente da Comissão

Permanente de Credenciamento (CPC) da 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada, Rua General Antônio Gonzaga Freire S/N, bairro Getúlio Vargas, Dom Pedrito-RS.

19. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

19.1 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente edital até 5 (cinco) dias úteis após a data da publicação do Aviso de Credenciamento no Diário Oficial da União, Jornal de Circulação no Estado do Rio Grande do Sul ou Jornal de Circulação no Município ou Região da prestação do serviço;

19.2 Os pedidos de impugnação deverão ser protocolados na Secretaria da 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada, Rua General Antonio Gonzaga Freire S/N, bairro Getúlio Vargas, Dom Pedrito-RS, endereçada à sua diretora; 19.3 Caberá à Comissão Permanente de Credenciamento (CPC) julgar e responder à impugnação em até 5 (cinco) dias úteis; e

19.4 Os pedidos de informações poderão ser encaminhados à Comissão Permanente de Credenciamento (CPC) da 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada, Rua General Antonio Gonzaga Freire S/N, bairro Getúlio Vargas, Dom Pedrito-RS.

20. DA VEDAÇÃO AO NEPOTISMO

20.1 A CREDENCIADA declara que os seus sócios, dirigentes, administradores, bem como as demais pessoas de seu quadro técnico, não possuem vínculo familiar até o terceiro grau com servidor integrante da Comissão Permanente de Credenciamento (CPC) responsável por este edital, da Seção de Auditoria de Contas Médicas, do Setor de Lisura e dos exercentes das funções de Ordenador de Despesas, gestor do FuSEx/PASS, bem como da Diretora da 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada e do Comandante da 3ª Região Militar, de acordo com o art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

21. DO DESCREDENCIAMENTO

21.1 O processo de descredenciamento, obedecidos os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, será instaurado pela CREDENCIANTE na incidência dos motivos citados no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e as seguintes:

21.1.1 Recusa ou mau atendimento aos usuários;

21.1.2 Não cumprimento das condições estipuladas no Edital;

21.1.3 Subcontratação não prevista no Edital;

21.1.4 Manifesto desinteresse por parte do profissional ou empresa;

21.1.5 Mudança de especialidade do profissional credenciado;

21.1.6 Cobrança de quantias suplementares, de taxas ou quaisquer outras importâncias dos beneficiários; 21.1.7 Mudança de consultório para outra cidade, zona ou bairro, se considerada desinteressante ao objetivo do credenciamento;

21.1.8 Irregularidades apontadas em relatório do fiscal de contrato ou UG Fusex 3ª Cia E Cmb Mec;

21.1.9 Prestação de serviços ou procedimentos diferentes dos autorizados.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 A qualquer tempo o CREDENCIANTE, assistido por terceiros contratados para tal fim, poderá realizar inspeção nas instalações dos CREDENCIADOS para verificação das condições de atendimento, higiene, equipamentos e capacidade técnica operativa, como do cumprimento da legislação vigente.

22.2 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará em afastamento do interessado, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta; 22.3 É facultada a autoridade CREDENCIANTE, em qualquer fase do procedimento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive com a fixação de prazo de resposta.

22.4 A contagem dos prazos deste Edital e seus anexos, fixados em meses e anos, expiram no dia de igual número ao de início, ou no imediato, se faltar exata correspondência.

22.5 Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na 3ª Companhia de

Engenharia de Combate Mecanizada;

22.6 Os Contratos de Credenciamentos gerados pelos editais anteriores terão os seus valores adequados aos valores deste Edital de Credenciamento, após a sua publicação no D.O.U, mediante apostilamento. 22.7 As empresas e profissionais são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo administrativo.

22.8 A 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada poderá, a qualquer tempo, rever e alterar a forma e a abrangência previstas no Termo de Credenciamento, ampliando ou limitando os serviços de assistência à saúde prestada pela CREDENCIADA, de acordo com sua disponibilidade orçamentária.

22.9 O Processo Administrativo instaurado pela Direção da Organização Militar de Saúde, abrangerá todos os princípios constitucionais, principalmente do contraditório e da ampla defesa.

22.10 Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei nº 8.666, de 1993 e nas demais Leis, Decretos, Portarias e Instruções Normativas aos quais este instrumento de convocação se encontra subordinado.

23. DO FORO

23.1 Fica eleito o foro da Justiça Federal de Dom Pedrito, no Estado do Rio Grande do Sul, onde está sediada a Circunscrição Judiciária que atende a 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada, para dirimir todas as questões decorrentes da execução deste Contrato.

Dom Pedrito-RS, de Julho de 2022.

CARLOS VINÍCIUS OTTONI BITTENCOURT - Cap
Ordenador de Despesas da 3ª Cia E Cmb Mec

RELAÇÃO DE ANEXOS QUE INTEGRAM O EDITAL

Anexo "I"	Projeto Básico
Anexo "II"	Referencial de Preços
Anexo "III"	Modelo Requerimento de Credenciamento
Anexo "IV"	Modelo de Declaração de cumprimento do item inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal
Anexo "V"	Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos
Anexo "VI"	Modelo de Declaração de Ausência de Servidor no Quadro Social
Anexo "VII"	Modelo de Declaração de que não Possui Empregados em Trabalhos Forçados
Anexo "VIII"	Modelo Declaração de Ciência e Concordância com o Edital
Anexo "IX"	Lista de Especialidades a Credenciar

Anexo "X"	Modelo Minuta de Contrato OCS
Anexo "XI"	Modelo Minuta de Contrato OCS Laboratorial
Anexo "XII"	Modelo Minuta de Contrato PSA
Anexo "XIII"	Lista de verificação de documentos que devem constar do processo
Anexo "XIV"	Modelo Relatório de Vistoria Técnica do Fiscal do Contrato
Anexo "XV"	Lista de Procedimentos Vedados aos Beneficiários do FUSEx
Anexo "XVI"	Lista de Procedimentos Vedados aos Beneficiários do PASS
Anexo "XVII"	Modelo Atestado de Capacidade Técnica